



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Júlia Bax Ponciano

AS RESSIGNIFICAÇÕES DO MILHO NA MESOAMÉRICA:

Entre o Sagrado Colonial e a Lógica Mercantil Contemporânea

MARIANA – MG

2026

Júlia Bax Ponciano

AS RESSIGNIFICAÇÕES DO MILHO NA MESOAMÉRICA:

Entre o Sagrado Colonial e a Lógica Mercantil Contemporânea

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto.
Orientadora: Profa. Dra. Anny Jackeline Torres

Mariana – MG

Janeiro de 2026

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

P795r Ponciano, Júlia Bax.
As ressignificações do milho na Mesoamérica [manuscrito]: entre o sagrado colonial e a lógica mercantil contemporânea. / Júlia Bax Ponciano. - 2026.
39 f.: il.: mapa.

Orientadora: Profa. Dra. Anny Jackeline Torres Silveira.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Graduação em História .

1. Milho. 2. Soberania alimentar. 3. Movimentos sociais. I. Silveira, Anny Jackeline Torres. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 94(72):633.15

Bibliotecário(a) Responsável: Eliane Apolinário Vieira Avelar - CRB6/3044



FOLHA DE APROVAÇÃO

Júlia Bax Ponciano

**As ressignificações do milho na Mesoamérica:
Entre o sagrado colonial e a lógica mercantil contemporânea**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em História da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em História

Aprovada em 25 de fevereiro de 2026

Membros da banca

Dra. Anny Jackeline Torres Silveira - (Orientadora) - Universidade Federal de Ouro Preto
Dra. Tereza Maria Spyer Dulci - Universidade Federal de Ouro Preto/Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Dra. Sônia Maria de Magalhães - Universidade Federal de Goiás
Dr. Luiz Estevam de Oliveira Fernandes - Universidade Estadual de Campinas

Anny Jackeline Torres Silveira, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 31/03/2026



Documento assinado eletronicamente por **Anny Jackeline Torres da Silveira, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 31/03/2026, às 10:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1082817** e o código CRC **CB25D3B7**.

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho aos meus pais, Patrícia e Gilvan que, com muita dedicação e esforço me proporcionaram estudo e incentivo para nunca deixar de buscar conhecimento. Agradeço ao meu pai, por ser meu apoio em todos os anos da graduação, transformando as dificuldades em resiliência e, especialmente à minha mãe que, muito antes do diploma se tornar realidade, me mostrou que eu deveria escolher com carinho a profissão que me acompanhará todos os dias. Dedico também aos meus avós Elzi, Jadico, Mathilde e Fábio, por intercederem para que eu fosse capaz.

À minha tia, Ana Paula, agradeço pelo privilégio de ter um grande exemplo acadêmico e profissional, que me guia com sabedoria para além do essencial. Tereza, minha querida professora, agradeço por toda orientação e cuidado. Sua dedicação à docência é razão de grande admiração.

Ao meu querido Arthur, com quem tive a sorte de dividir os momentos finais do curso, agradeço por todo apoio, cuidado e ternura. Em sua parceria, encontrei suporte nas dificuldades e conforto ao alcançar essa conquista. Agradeço à minha amada República Lança Perfume, por ser meu lar e por ter me presenteado com a companhia de mulheres incríveis. Laura, Maria, Kaka, Brenda, Duda, Carol, Julima, Luisa, Laís, Jeni e Ana, agradeço por tudo que compartilhamos ao longo desses anos, não existem palavras que descrevam todo sentimento que carrego por vocês em meu coração. Nessa casa, encontrei uma família.

RESUMO

O milho ocupa um lugar central na história e na organização social dos povos originários da Mesoamérica, especialmente no território que hoje corresponde ao México. Muito mais do que um alimento, ele estruturou práticas agrícolas, relações comunitárias, rituais e concepções sobre o mundo e a própria existência humana. Ao longo do tempo, entretanto, esse vínculo foi atravessado por transformações profundas, sobretudo com a conquista espanhola, que reorganizou os sistemas produtivos, redefiniu os sentidos simbólicos do milho e o inseriu em uma lógica econômica voltada à mercantilização. No México contemporâneo, essas transformações seguem em disputa. A expansão da agroindústria, a liberalização comercial e a introdução de sementes transgênicas colocam em risco as variedades nativas e os modos tradicionais de cultivo, em contraposição, comunidades indígenas, camponeses e movimentos sociais articulam estratégias de resistência em defesa do milho nativo e da soberania alimentar, como a campanha *Sin maíz no hay país*. Ao acompanhar essas disputas, o estudo evidencia que o milho permanece como um eixo de identidade, memória e conflito, revelando permanências coloniais que atravessam o passado e se projetam no presente.

Palavras-chave: Milho; Mesoamérica; Sin maíz no hay país; soberania alimentar.

RESUMEN

El maíz ocupa un lugar central en la historia y la organización social de los pueblos indígenas de Mesoamérica, especialmente en el territorio que hoy corresponde a México. Mucho más que un simple alimento, estructuró las prácticas agrícolas, las relaciones comunitarias, los rituales y las concepciones sobre el mundo y la existencia humana. Sin embargo, con el tiempo, este vínculo ha experimentado profundas transformaciones, en particular con la conquista española, que reorganizó los sistemas de producción, redefinió los significados simbólicos del maíz y lo insertó en una lógica económica orientada a la mercantilización. En el México contemporáneo, estas transformaciones siguen siendo objeto de controversia. La expansión de la agroindustria, la liberalización comercial y la introducción de semillas genéticamente modificadas amenazan las variedades nativas y los métodos agrícolas tradicionales. En contraste, las comunidades indígenas, los campesinos y los movimientos sociales articulan estrategias de resistencia en defensa del maíz nativo y la soberanía alimentaria, como la campaña "Sin maíz no hay país". Al dar seguimiento a estas disputas, el estudio destaca que el maíz sigue siendo un elemento central de identidad, memoria y conflicto, revelando legados coloniales que permean el pasado y se proyectan en el presente.

Palavras-chave: Maíz; Mesoamérica; Sin maíz no hay país, soberanía alimentaria.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa da área de Tehuacán, México	17
Figura 2. Mapa de La Mixteca, México	19

SUMÁRIO

Introdução	10
O milho na Mesoamérica Pré-Colonial: Alimentação, cosmovisão e organização social	16
Conquista Espanhola e a reorganização das sociedades indígenas	22
Permanências coloniais e conflitos contemporâneos: Transgênicos, mercado e resistência	24
Sín maíz no hay país. ¡Pon a México en tu boca!	28
Considerações finais	33
Referências bibliográficas	35

Introdução

Este trabalho focaliza os debates travados sobre os significados do milho e suas transformações na Mesoamérica, dentro dos quais é compreendido não apenas como um alimento, mas como um elemento estruturante das dimensões sociais, simbólicas, econômicas e políticas dos povos originários do México. Tomando como base a bibliografia consultada na pesquisa e premissas da História da Alimentação, partimos do entendimento de que a alimentação não pode ser pensada de forma isolada, restrita ao campo biológico ou produtivo, mas deve ser situada dentro de relações históricas, culturais e de poder (Flandrin; Montanari, 1998). A partir da perspectiva mobilizada pela bibliografia consultada, que articula contribuições da história, da antropologia, da ecologia e da agroecologia, exploramos como o milho foi constituído, ao longo do tempo, como base das cosmologias indígenas, organizando formas de trabalho, sistemas agrícolas, rituais e modos de vida, e como esses sentidos foram sendo transformados com a chegada da colonização.

A abordagem da alimentação e consolidação como objeto histórico, ganhou densidade a partir das contribuições da chamada Escola dos Annales, que ampliou o campo da historiografia para dimensões da vida material e das práticas cotidianas. Nesse sentido, Fernand Braudel chama atenção para a importância das estruturas de longa duração que organizam a vida econômica e social, entre as quais os sistemas alimentares ocupam lugar fundamental, por articularem ambiente, técnicas de cultivo, hábitos culturais e circuitos econômicos (Braudel, 1996). Como podemos observar, para Rafaela Basso os estudos históricos sobre alimentação passaram justamente a explorar essas intersecções, tratando os alimentos como elementos capazes de revelar relações sociais, disputas políticas e sistemas simbólicos que atravessam diferentes temporalidades históricas (Basso, 2015).

No caso mesoamericano, essa perspectiva permite compreender o milho como parte de um universo cultural mais amplo, no qual práticas agrícolas, cosmologias e formas de organização comunitária se articulam à construção de identidades coletivas. Entre povos indígenas como os Mixtecas, o cultivo e o consumo do milho integram um repertório de saberes transmitidos entre gerações, constituindo aquilo que hoje pode ser compreendido também como patrimônio cultural associado à vida comunitária e aos modos tradicionais de manejo da terra. Entretanto, tais práticas e significados foram historicamente tensionados pela expansão de formas de dominação herdadas do processo colonial, que redefiniram hierarquias

culturais, reorganizaram sistemas produtivos e deslocaram os sentidos atribuídos aos alimentos. Assim, a análise histórica dessas transformações em torno desse alimento, nos permite compreender como colonialidade, patrimônio cultural e identidade indígena se entrelaçam em diferentes temporalidades, ao mesmo tempo em que dialogam com debates contemporâneos sobre soberania alimentar e a defesa de sistemas agrícolas tradicionais.

A partir da bibliografia selecionada, buscamos acompanhar como a incorporação do milho à lógica colonial implicou sua mercantilização, a reorganização de seus significados e a imposição de perspectivas eurocêntricas sobre o cultivo, a alimentação e a natureza, impactando nas práticas alimentares tradicionais, transformando-se em ameaça às estruturas culturais identitárias destes povos originários. E como se verá, estes processos não se encerram no período colonial, mas seguem surtindo efeitos até a contemporaneidade, especialmente no contexto da agroindústria, da liberalização comercial e das disputas em torno da soberania alimentar¹ no México.

A bibliografia nos permite abordar, ao longo desta pesquisa, como a transgenia passou a impactar a produção das sementes de milho desde o início da sua utilização, atingindo de forma direta os pequenos produtores, as comunidades tradicionais, a saúde humana, os solos e a continuidade do milho crioulo. Em consonância com os estudos mobilizados por esse trabalho, entendemos que essas transformações não dizem respeito apenas a uma mudança técnica no modo de produzir, mas envolvem disputas políticas, econômicas e simbólicas em torno do controle das sementes e da alimentação.

O milho crioulo, preservado ao longo dos séculos com muito afincio por povos originários, como os Mixtecas, enfrenta hoje ameaças constantes à sua existência, exigindo esforços cada vez maiores e, por consequência, à manutenção e reprodução mesma das formas de viver e ser no mundo destas populações. Como apoio no entendimento deste debate relacionado ao milho na meso América, nos valem de materiais divulgados na atuação do movimento *Sin maíz no hay país* e publicações do jornal *La Jornada del campo*, que, em conjunto com inúmeras outras organizações, associações e coletivos, desenvolvem estratégias de conscientização popular sobre a importância do milho, promovem ações de comunicação, mobilização social e reivindicações no campo legislativo. A escolha desses

¹ [...]”Soberania alimentar é o direito de cada nação de manter e desenvolver sua própria capacidade de produzir os alimentos básicos de seu povo, respeitando a diversidade produtiva e cultural. Temos o direito de produzir nossos próprios alimentos em nosso próprio território. A soberania alimentar é uma condição essencial para a verdadeira segurança alimentar.” LA VÍA CAMPESINA. *Soberanía alimentaria: un futuro sin hambre*. Roma: La Vía Campesina, 1996, pp. 1, tradução nossa. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/wp-content/uploads/sites/3/2024/05/1996-Rom-es.pdf>. Acesso: 10/01/2026.

materiais, aliados aos questionamentos e abordagens oriundos com campo da história da alimentação, permitem perceber que o debate sobre o milho é profundamente atual.

O *maíz*, originário da Mesoamérica, ocupa posição central na história, cultura e alimentação de diversos povos da América Latina, evidências arqueológicas indicam que sua domesticação ocorreu há cerca de nove mil anos no atual território mexicano, especialmente no Vale de Tehuacán, em Puebla, onde foram encontradas espigas e grãos primitivos (MacNeish, 1964). A partir da abordagem de MacNeish, percebemos que, essa origem nos revela que o milho que conhecemos atualmente, não é uma criação espontânea da natureza, mas resultado da engenhosidade humana, fruto de séculos de seleção e cuidado das populações indígenas mesoamericanas. Nesse contexto, as contribuições dos povos Mixteca são de grande importância. Estes, localizados na região de Oaxaca, território próximo à Tehuacán, participaram ativamente desse processo de domesticação das sementes primitivas, sistemas de plantio e colheita e perpetuação dos costumes alimentares, desenvolvendo diferentes preparos com o milho, adequando-o às estações, necessidades e circunstâncias.

Como discute Arturo Warman (1988) Mais do que um produto agrícola, o milho se consolidou como símbolo da cosmovisão dos povos originários, presente em narrativas místicas, como no Popol Vuh², e em práticas cotidianas que articulam nutrição, espiritualidade e identidade coletiva. Essa centralidade simbólica do alimento nas sociedades indígenas, entretanto, sofreu transformações a partir da colonização. Conforme análise da autora Esther Katz (2009), as práticas alimentares indígenas na América Latina passaram por um processo de “invisibilização” e “estigmatização”, sendo frequentemente associadas à pobreza, ao atraso ou à rusticidade, em oposição aos padrões alimentares europeus. Nesse contexto, alimentos fundamentais para a organização social e simbólica dos povos originários foram reduzidos à condição de “comida de pobre”, minimizando seu reconhecimento enquanto patrimônio cultural.

No entanto, a autora ressalta que, nas últimas décadas, foi possível observar um movimento de revalorização dessas práticas alimentares, que passam a ser reconhecidas como patrimônio culinário e expressão de identidades históricas e culturais. No caso mesoamericano, o milho exemplifica esse processo: alimento sagrado e estruturante da vida comunitária, foi desqualificado durante o período colonial e, posteriormente, apropriado por discursos mercadológicos que nem sempre reconhecem seu vínculo com os saberes indígenas que o originaram.

² Texto fundamental da tradição maia-quiché (Recinos, 2022).

Antes de tudo, uma grande parte dos indígenas é pobre, vêem-se como pobres e são vistos como pobres. Em algumas comunidades da Mixteca Baixa, os moradores chamam-se ñu la'vi, "os pobres" em lugar de ñu savi, "os mixtecos", "o povo da chuva (Alejandro de Avila³, 1987, *apud* Katz, 2009, pp. 29).

É nesse contexto de deslegitimação simbólica e reorganização das práticas alimentares que a chegada dos europeus à América, a partir do século XVI, inicia transformações profundas nos sistemas produtivos, culturais e religiosos dos povos originários da América Latina. A conquista espanhola inaugurou um processo de dominação que não se restringiu ao controle territorial e político, mas implicou a imposição de novas lógicas econômicas, religiosas e culturais, como aponta Gruzinski (2003). Tais transformações afetaram diretamente as formas indígenas de produção, consumo e significação do milho, dando início a um processo de ressignificação que se estenderia pelos séculos seguintes.

Os debates relativos ao México contemporâneo apontam que essa herança histórica encontra-se em disputa. De um lado, as comunidades indígenas e camponesas preservam variedades nativas e sistemas agrícolas milenares, como a milpa e o tequio, juntamente com a articulação de movimentos de resistência, como o *Sin maíz no hay país* que, através de seu site, atua ativamente na publicação de notícias, projetos de lei e campanhas contra a utilização desenfreada de transgênicos na produção interna do milho. De outro, a expansão da agricultura em grande escala, liberalização comercial e introdução de organismos geneticamente modificados que colocam em risco a biodiversidade e a autonomia das comunidades rurais (Bonfil Batalla, 2020; Warman, 1988; Quijano, 2005).

.Os estudos mobilizados na pesquisa indicam que, as disputas observadas no México contemporâneo não constituem um fenômeno isolado, mas são resultado de um processo histórico iniciado com a colonização da América espanhola, que desencadeou transformações nos sistemas alimentares indígenas, redefinindo práticas produtivas, sentidos simbólicos e relações sociais. No caso do milho, alimento central e sagrado para os povos originários, esse processo, discutido em *México profundo: una civilización negada* (Batalla, 2020) implicou sua progressiva incorporação à economia colonial como produto tributável, base alimentar das populações submetidas ao trabalho forçado e mercadoria integrada aos circuitos de abastecimento urbano. Compreendemos, através das mobilizações entre Quijano (2005) e

³ Alejandro de Avila, comunicação pessoal, 1987.

Batalha (2020) que, a “colonialidade do poder” entendida como permanência das estruturas de dominação colonial após o fim do colonialismo formal, organizando hierarquias culturais, econômicas e epistemológicas que subalternizaram os saberes indígenas, redefiniram elementos centrais da vida social a partir de critérios externos, vinculados à racionalidade europeia.

[...] O índio é produto da instauração do regime colonial. Antes da invasão não haviam índios, mas sim povos particularmente identificados. A sociedade colonial, baseava-se numa divisão rígida que opunha e distinguia dois polos inconciliáveis: os espanhóis (colonizadores) e os índios (colonizados). Nesse contexto, as particularidades de cada um dos povos subjugados, tornam-se secundárias e perdem importância, pois a distinção fundamental é aquela que os tornam em “os outros”, ou seja, os não espanhóis. (Batalla, 2020, pp.89, tradução nossa)⁴.

Dessa forma, como percebemos a partir da bibliografia, o milho passou por um deslocamento simbólico e material: de alimento sagrado e fundamento da vida comunitária a bem cotidiano e mercadoria. Esse processo não ocorreu de maneira homogênea nem absoluta, uma vez que práticas tradicionais persistiram, adaptaram-se ou resistiram às imposições coloniais. Ainda assim, a mercantilização do milho estabeleceu bases estruturais que permanecem até a contemporaneidade, manifestando-se em disputas relacionadas à terra, às sementes, à soberania alimentar e ao controle da produção agrícola referência.

Diante desse contexto, este trabalho parte do seguinte problema de pesquisa: como o milho, elemento central da cosmovisão e da organização social destes povos, foi transformado historicamente a partir da colonização espanhola, passando de alimento sagrado a mercadoria, e de que maneira esse processo se reflete nas disputas contemporâneas em torno da alimentação e das articulações de resistência em defesa à preservação do milho nativo México?

O objetivo geral da pesquisa é analisar, a partir da historiografia relativa ao tema as transformações históricas operadas em torno do milho na Mesoamérica, desde seu papel central como alimento sagrado e elemento civilizatório nas sociedades pré-coloniais até sua incorporação como mercadoria no contexto da colonização espanhola, identificando as permanências desse processo nas disputas contemporâneas em torno da soberania alimentar e da resistência cultural.

⁴ [...] El indio es producto de la instauración del régimen colonial. Antes de la invasión no había indios, sino pueblos particularmente identificados. La sociedad colonial, en cambio, descansó en una división tajante que oponía y distinguía dos polos irreductibles: los españoles (colonizadores) y los indios (colonizados). En ese esquema, las particularidades de cada uno de los pueblos sometidos pasan a un segundo término y pierden significación, porque la única distinción fundamental es la que hace de todos ellos «los otros», es decir, los no españoles. (Batalla, 2020, pp.89).

De modo correlato, o trabalho contempla ainda: uma contextualização do processo de domesticação do milho na América Latina; uma análise do papel do milho na organização social, produtiva e simbólica das sociedades pré-coloniais, considerando práticas como a *milpa*, *tequio* e as contribuições Mixteca; a compreensão dos impactos da conquista espanhola sobre a produção, o significado e o uso do milho; e, por fim, uma análise das permanências históricas dessas transformações nos conflitos contemporâneos relacionados aos transgênicos, à monocultura e às estratégias de resistência protagonizadas por comunidades indígenas e movimentos sociais, com enfoque ao *Sin maíz no hay país* - campanha mexicana que reúne diferentes grupos mobilizados em defesa do milho nativo, da soberania alimentar e dos direitos do campo frente à agroindústria e aos transgênicos - somado à contribuições do jornal *La Jornada del Campo*, que se associa à campanha em algumas publicações.

Metodologicamente, essa pesquisa se insere no campo da História da América e da História da Alimentação, adotando uma abordagem qualitativa baseada em revisão bibliográfica e análise documental. São mobilizadas obras de autores das áreas de história, antropologia e agroecologia, além de documentos produzidos pelos autores apontados anteriormente, dedicados à defesa do milho nativo e soberania alimentar mexicana. Essa escolha metodológica permite compreender o milho não apenas como objeto agrícola alimentar, mas como categoria histórica atravessada por disputas simbólicas, políticas e econômicas ao longo do tempo, como também chama atenção a historiografia da alimentação.

O Milho na Mesoamérica Pré-Colonial: Alimentação, cosmovisão e organização social

A compreensão do milho como elemento central das sociedades mesoamericanas exige um olhar atento para o período pré-colonial, no qual esse cultivo se articula de maneira indissociável à organização social, às práticas produtivas e às concepções simbólicas dos povos originários. Warman (1988) demonstra que, antes da chegada dos europeus, o milho constituía simultaneamente a base material da alimentação cotidiana e um elemento estruturante da vida ritual, política e comunitária, configurando-se como verdadeiro eixo civilizatório.

As evidências arqueológicas situam o processo de domesticação do milho no Vale de Tehuacán, região localizada no atual estado de Puebla, no México. As pesquisas conduzidas por Richard MacNeish identificaram vestígios de espigas e grãos primitivos que indicam uma longa trajetória de experimentação agrícola, com datações entre 7.000 e 5.000 a.C. (MacNeish, 1964). Estudos genéticos posteriores contribuíram com essas conclusões ao demonstrar a relação direta entre o milho moderno (*Zea mays mays*) e o teosinto (*Zea mays parviglumis*), gramínea silvestre domesticada por meio da seleção humana (Matsuoka et al., 2002).

O Vale de Tehuacán, localizado em uma região que abrange a parte sul do estado de Puebla e a porção mais ao norte do estado de Oaxaca, no planalto central do México (fig. 1), apresenta características ambientais singulares que favoreceram esse processo histórico de domesticação. Trata-se de uma região marcada por elevada diversidade ecológica, com vales, serras e microclimas variados, o que possibilitou o desenvolvimento de estratégias agrícolas altamente adaptativas (MacNeish, 1964). Nesse contexto, como sugere o autor, é possível compreender que a domesticação do milho não foi um evento pontual, mas um processo de longa duração, resultante da observação sistemática da natureza, da experimentação e da transmissão geracional de saberes.

Figura 1: Mapa da área de Tehuacán, México



Fonte: MacNeish (1964, pp. 532)

Segundo Matsuoka (2002, pp. 6080) comunidades tradicionais selecionavam sementes que apresentavam características desejáveis, como grãos maiores, espigas mais robustas e cascas mais finas, moldando gradualmente a planta às necessidades sociais e alimentares das comunidades. Assim, o milho não pode ser compreendido apenas como produto “natural”, mas como resultado de uma interação histórica entre seres humanos e ambiente, tornando-se também um agente ativo na produção cultural e na construção da vida coletiva. As considerações de Matsuoka sobre o milho acompanham as proposições oriundas do campo da história da alimentação, ao entender que as espécies alimentares mais recentes são resultado de um processo de manejo feito pelas diferentes comunidades ao longo da evolução humana, sendo, portanto expressão cultural de povos e regiões específicos (Montanari, 1998).

Ainda como sustenta Matsuoka, durante esse fenômeno histórico, marcado pela interação entre sociedades humanas e o ambiente, os povos originários desenvolveram conhecimentos sobre ciclos naturais, solos, climas e sementes, o que permitiu a adaptação do cultivo do milho a diferentes regiões ecológicas. Nesse sentido, o milho não apenas garantiu a subsistência alimentar, mas possibilitou a fixação populacional, o crescimento demográfico e a formação de sociedades complexas.

Para compreender melhor esse contexto mais amplo de domesticação e adaptação do milho, nossa análise irá focar a experiência dos povos Mixtecas como um exemplo expressivo da articulação entre agricultura, organização social e cosmologia na Mesoamérica. Segundo Lind (2008) os Mixtecas ocupavam historicamente a região conhecida como *La*

Mixteca (fig. 2), região que apresenta uma configuração geográfica diversificada, tradicionalmente subdividida em três áreas distintas. A Mixteca Baja caracterizava-se por um clima quente e seco, abrangendo o norte do atual estado de Oaxaca e o sul de Puebla, com altitudes médias em torno de 1.200 metros. A Mixteca Alta, por sua vez, correspondia a uma área montanhosa e de clima temperado localizada principalmente no oeste de Oaxaca, com altitudes que ultrapassam os 2.000 metros. Já a Mixteca de la Costa estendia-se ao longo do litoral do Pacífico, em Oaxaca, apresentando clima tropical. Antes da chegada dos espanhóis, essas três regiões eram ocupadas majoritariamente pelos povos Mixtecas, embora também abrigassem outros grupos indígenas, como os popoloca, chocho, ixcatec, triqui e amuzgo, configurando um território marcado pela diversidade étnica e cultural (Lind, 2008).

Conforme Lind, estes territórios, marcados por relevo acidentado e solos férteis, exigiram o desenvolvimento de técnicas agrícolas, como o terraceamento, manejo cuidadoso das sementes e sistemas de plantio e colheita consorciados, práticas que foram bem elaboradas pelos Mixtecas, autodenominados *ñuu savi*, “povo da chuva” (Katz, 2009, pp. 29). Nesse contexto de relação íntima com a terra, esses indivíduos organizavam sua vida social e produtiva a partir de uma relação com os ciclos climáticos e com entidades espirituais associadas à fertilidade da terra, evidenciando que a produção do milho estava profundamente integrada a uma concepção relacional entre humanos, natureza e divindades (Bonfil Batalla, 2020).

povos. É a partir dessa base que se estruturavam algumas das práticas produtivas das sociedades mesoamericanas, entre elas a *milpa* e o *tequio*, que organizavam tanto o cultivo do milho quanto às relações de cooperação e reciprocidade no interior das comunidades.

Como se lê em Terán e Rasmussen (2009) a *milpa*, diferentemente das monoculturas modernas, caracteriza-se como um sistema de policultivo baseado na complementaridade ecológica. Nesse sistema, o milho é plantado em associação com o feijão, que utiliza o caule do milho como suporte e fixa nitrogênio no solo, e com a abóbora, que cobre a terra, auxilia na retenção de umidade e no controle de ervas daninhas. Essa lógica produtiva assegura diversidade alimentar, estabilidade agrícola e equilíbrio ambiental, reduzindo riscos associados a pragas e variações climáticas. Desse modo, como destacam Terán e Rasmussen (2009, pp. 25), para além de sua dimensão técnica, a *milpa* constitui um sistema social complexo, articulando trabalho familiar, organização comunitária e práticas culturais.

O *tequio* por sua vez, termo que deriva do termo *náhuatl tequitl*, significa, segundo Gómez e Muñoz (2022), trabalho ou tributo, e remete a uma prática de origem pré-hispânica baseada na cooperação em trabalho e em bens entre os membros de uma região. Por meio dessa organização coletiva, eram construídas, reparadas e preservadas estruturas e espaços comunitários, expressando a ideia de muitas pessoas trabalhando em torno de um mesmo objetivo. Mais do que uma forma de trabalho, o *tequio* integra a identidade histórica e cultural das comunidades indígenas e carrega um forte valor moral. Participar dessas atividades é considerado honroso, ao mesmo tempo em que representa uma obrigação ética da qual não se pode abdicar. Essa prática também funciona como um importante momento de encontro, colaboração e reconhecimento mútuo, reforçando os laços comunitários e o sentimento de pertencimento coletivo (Gómez; Muñoz, 2022).

A centralidade do milho na vida pré-colonial manifesta-se de forma ainda mais evidente no plano simbólico e cosmológico. O *Popol Vuh*, como vimos anteriormente, texto fundamental da tradição maia-quiché, relata que, após tentativas fracassadas de criação do ser humano com barro e madeira, os deuses obtiveram sucesso ao moldar homens e mulheres a partir da massa do milho branco e amarelo (Recinos, 2022). Essa narrativa estabelece uma relação essencial entre alimento e humanidade, na qual o milho não apenas sustenta a vida, mas constitui a própria essência do ser humano.

[...] Feitos de milho foram seus corpos; de massa de milho amarelo e branco foi feito o corpo do homem. Apenas a massa de milho entrou na constituição da carne dos nossos primeiros pais (Recinos, 2022).

A sacralidade do milho, expressa nessas narrativas, conferia-lhe um status que ultrapassava o uso cotidiano. O cultivo, a colheita e o consumo do milho eram acompanhados por rituais, oferendas e cerimônias de agradecimento, reforçando a conexão entre natureza, ancestralidade e divindade. Como observa Bonfil Batalla (2020), esses sistemas simbólicos integravam o que o autor denomina “México profundo”, conjunto de saberes, práticas e valores indígenas que estruturam a vida social muito antes da colonização europeia.

Essa relação simbólica com o alimento não é exclusiva da Mesoamérica. Em diferentes regiões da América Latina, povos indígenas possuem cosmologias nas quais determinados cultivos ocupam posição central na constituição da identidade coletiva. Entre diversos povos indígenas do Brasil, por exemplo, a mandioca desempenha papel semelhante ao do milho, figurando em mitos de origem, rituais e sistemas produtivos tradicionais. Darcy Ribeiro destaca que a domesticação da mandioca representou uma “façanha técnica e cultural”, exigindo a aprendizagem de conhecimentos complexos para tornar comestível uma planta naturalmente venenosa, o que nos mostra o papel ativo das sociedades indígenas na utilização de recursos da natureza.

[...] Na escala da evolução cultural, os povos Tupi davam os primeiros passos da revolução agrícola, superando assim a condição paleolítica, tal como ocorrera pela primeira vez, há 10 mil anos, com os povos do velho mundo. É de assinalar que eles o faziam por um caminho próprio, juntamente com outros povos da floresta tropical que haviam domesticado diversas plantas, retirando -as da condição selvagem para a de mantimento de seus roçados. Entre elas, a mandioca, o que constituiu uma façanha extraordinária, porque se tratava de uma planta venenosa a qual eles deviam, não apenas cultivar, mas também tratar adequadamente para extrair-lhe o ácido cianídrico, tornando-a comestível. É uma planta preciosíssima porque não precisa ser colhida e estocada, mantendo-se viva na terra por meses (Ribeiro, 1995, pp. 28).

A importância do milho no período pré-colonial, portanto, reside em sua capacidade de integrar múltiplas dimensões da experiência humana. Ele estruturava a subsistência, organizava o trabalho coletivo, orientava práticas rituais e sustentava concepções cosmológicas. Mas, como veremos adiante, essa centralidade, seria tensionada a partir do século XVI, quando a conquista espanhola impôs novas lógicas à essas comunidades. Compreender esse universo pré-colonial é fundamental para perceber como o milho foi gradualmente ressignificado do período colonial, passando de alimento sagrado e bem comum a mercadoria integrada à economia colonial.

Conquista Espanhola e a reorganização das sociedades indígenas

A chegada dos espanhóis à Mesoamérica, a partir do início do século XVI, gerou profundas transformações nas estruturas políticas, econômicas e simbólicas das sociedades indígenas. O processo de conquista não se limitou somente ao aspecto militar, mas envolveu uma ampla reconfiguração das formas de produção, das relações de trabalho e das estruturas que organizavam a vida social. Nesse contexto, o milho, elemento central nessas sociedades, foi progressivamente inserido em novas lógicas econômicas e simbólicas.

A historiografia sobre a colonização espanhola demonstra que a reorganização da produção agrícola constituiu um dos pilares do projeto colonial. A Coroa espanhola buscava garantir o abastecimento das cidades coloniais, a extração de excedentes e a manutenção dos sistemas administrativo e religioso, essa análise é possibilitada a partir da articulação entre os autores Warman (1988) e Batalha (2020). Para isso, estruturas agrícolas tradicionais foram submetidas a novas exigências, com a introdução de mecanismos de tributação e controle do trabalho indígena. O milho, anteriormente cultivado prioritariamente para a subsistência comunitária, passou a integrar uma produção voltada ao pagamento de tributos e ao abastecimento urbano, para sustentar não somente as comunidades originárias, mas também toda a população enviada pela coroa para as terras latino americanas.

Segundo Gruzinski, a colonização espanhola operou não apenas no plano material, mas também no campo do imaginário, promovendo a ocidentalização das práticas e representações indígenas. No caso da alimentação, essa ocidentalização implicou a reordenação dos alimentos, estabelecendo hierarquias entre produtos europeus e indígenas. O trigo, por exemplo, associado ao pão e ao cristianismo, foi elevado à condição de alimento “civilizado”, enquanto o milho passou a ser gradualmente desvinculado de sua dimensão sagrada, sendo conduzido à condição de alimento cotidiano e, posteriormente, mercadoria.

Além disso, podemos ver em *A colonização do imaginário* (Gruzinski, 2003) que a cristianização desempenhou papel significativo nesse processo de reconfiguração. As ordens religiosas, atuaram ativamente na destruição de templos, na repressão de rituais indígenas e na imposição de novos cenários simbólicos. As práticas rituais associadas ao cultivo do milho, antes compreendidas por esses povos como formas de relação com o sagrado, passaram a ser classificadas como superstição. Como observa Gruzinski, esse processo não eliminou completamente as crenças indígenas, mas ocasionou sincretismo, tensões e negociações constantes.

Enquanto essas sociedades se mostravam ávidas por decifrar os sonhos, a Igreja combatia sua interpretação, assim como condenava o consumo de alucinógenos, fontes de "alienação, de visões e de delírios", caminho certo para "a loucura e a luxúria", e denunciava a embriaguez sob todas as suas formas, englobando na mesma reprovação formas rituais e sagradas próximas do êxtase e da possessão. A Igreja limitou o âmbito da realidade significativa, fazendo daquilo que excluía manifestações do demônio, desvios do bom senso ou mero embuste (Gruzinski, 2003, pp. 273).

No aspecto econômico, a introdução de sistemas como a *encomienda*⁵ e *repartimiento*⁶ transformou as relações de trabalho. Os povos indígenas foram obrigados a fornecer trabalho e produtos agrícolas em condições de exploração sistemática, o milho foi gradualmente deslocado de seu papel central de produção comunitária para integrar um sistema econômico orientado pela acumulação e pelo controle colonial.

A partir de Gruzinski, Warman e Batalla, percebemos que, sistemas como a milpa e o tequio, passaram a coexistir, de forma desigual, com exigências coloniais de produção em larga escala. Embora muitas comunidades tenham mantido práticas agrícolas tradicionais, essas passaram a operar sob constante pressão externa, evidenciando essa coexistência conflituosa entre sistemas produtivos distintos.

A partir dessa perspectiva, é possível compreender a colonização do milho não apenas como um fenômeno econômico, mas como parte de um projeto mais amplo de dominação cultural. Como vimos em Serge (2003), a imposição de novas formas de produção, a repressão das práticas rituais e a hierarquização dos alimentos contribuíram para a erosão das estruturas simbólicas que sustentavam as sociedades mesoamericanas. No entanto, esse processo não se deu de maneira homogênea ou totalizante, sendo marcado por resistências, adaptações e permanências.

⁵ Encomienda: A encomienda era um sistema colonial espanhol na América que concedia a um colono o direito de cobrar tributos (em trabalho ou bens) de um grupo de indígenas, em troca de "protegê-los" e catequizá-los no cristianismo, funcionando como uma forma de trabalho forçado, embora juridicamente não fosse escravidão, resultando em exploração em massa. Disponível em: https://www.anphlac.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=611 Acesso em: 21/01/2026.

⁶ Repartimiento: Consiste no sorteio de uma parcela da população masculina de uma comunidade, que deveria trabalhar por um período pré-determinado. Nesse sistema era disponibilizado periodicamente um grupo de trabalhadores para atividades laborais e cada turno de "repartidos" era sorteado pelas chefias das aldeias, que estavam isentos da tributação. Pelo trabalho executado, que poderia variar de semanas até meses, eles deveriam receber um salário. Disponível em: https://www.anphlac.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=611 Acesso em: 21/01/2026.

Permanências coloniais e conflitos contemporâneos: Mercado, transgênicos e resistência

Estudos sobre os laços que ligam a cultura mexicana e o cultivo e consumo do milho indicam que o domínio colonial entre os séculos XVI e XVIII aprofundou a incorporação do milho à lógica mercantil da economia espanhola. Esse processo não apenas transformou o alimento em bem tributável e mercadoria circulante, mas também alterou profundamente seus sentidos sociais e simbólicos. O milho, anteriormente concebido como elemento sagrado e fundamento da identidade coletiva, passou a ocupar uma posição ambígua: tornou-se indispensável à reprodução material da sociedade colonial, ao mesmo tempo em que foi simbolicamente inferiorizado no imaginário dominante.

As transformações ocorridas entre os séculos XVI e XVIII não apenas redefiniram o lugar do milho na sociedade colonial, mas lançaram as bases das disputas contemporâneas em torno da soberania alimentar, da biodiversidade e do controle das sementes. É a partir dessas permanências históricas que se estruturam os conflitos entre as relações entre mercado, transgênicos e resistência no México contemporâneo.

O surgimento dos transgênicos, também conhecidos como Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), ocorreu, segundo Francisco José Lima Aragão (EMBRAPA) no fim da década de 1970, associados a um processo de modernização e transformações tecnológicas na agricultura mundial. Simultaneamente aos transgênicos, entre as décadas de 1940 e 1970, surge também a Revolução Verde, iniciativa que possuía como objetivo o aumento da produtividade de grãos através de sementes melhoradas, mecanização, agrotóxicos e fertilizantes químicos. Para Campagnolla e Macêdo (2022), o intuito era, inicialmente, proporcionar este aumento para que, como consequência, além de um abastecimento em maior volume e eficácia na agroindústria, fosse possível proporcionar segurança alimentar à um maior contingente populacional.

Entretanto, como apontam os autores, os resultados colhidos não foram unicamente positivos à longo prazo. Para que fosse possível produzir um montante tão acima da média, sementes de qualidade e adaptabilidade alta, tornou-se imprescindível a associação de recursos, ou seja, maquinários modernos e novas tecnologias associados à grãos transgênicos, fertilizantes e agrotóxicos. Todos esses artifícios agindo de forma conjunta e simultânea desencadearam inúmeros impactos.

Os estudos relativos a esses impactos destacam, entre eles, o enriquecimento e ocupação do mercado agroindustrial pelos grandes produtores em detrimento dos pequenos. Quando tratamos de grandes produtores, podemos apontar desde os proprietários de fazendas

e latifúndios até empresas de insumos agrícolas, como a Agro-Bayer/Monsanto por exemplo (Eliabe, 2021). Segundo Campagnolla e Macêdo (2022), a explicação para esse fenômeno é simples: para que fosse possível a produção desses enormes montantes em menos tempo, com sementes mais adaptáveis e de qualidade, era necessário que houvesse muito capital envolvido devido ao alto custo de toda a cadeia produtiva, tendo em vista que, o capitalismo agroindustrial padroniza o setor por inteiro, plantio, colheita, armazenagem e transporte. Àqueles que não possuíam todo esse aporte material e financeiro estavam sujeitos à um mercado mais restrito, tendo sua renda impactada.

Para alguns autores pró- transgênicos, como Castro (2018) as legislações os tornaram a “solução para o crescimento econômico” pois impulsionaram ainda mais o setor agroindustrial, o autor também defende que as ações que atuam contra o uso dos transgênicos são “politicagens ideológicas” e que oposições não existem entre os agricultores, mas, sugerimos um questionamento, quem seriam esses agricultores? Nesse cenário, podemos compreender que, o grupo apoiador é composto por aqueles que se beneficiam de maneira mais direta, ou seja, os grandes produtores.

Além dos impactos econômicos, a introdução dos transgênicos atingiu o meio ambiente e a preservação das sementes crioulas. A utilização massiva de incrementos agrícolas como fertilizantes, agrotóxicos e pesticidas, tanto no preparo do solo como na manutenção das culturas, visando proporcionar um sistema mais eficiente e livre de pragas, refletiu diretamente no solo e na saúde humana.

A transgenia, segundo Santilli (2009) foi desenvolvida a partir da evolução da tecnologia do "ácido desoxirribonucleico" (DNA) recombinante, que possibilitou a transmissão de genes de um organismo para outro. Desta forma, o melhoramento genético permitiu que uma espécie recebesse genes de outra espécie, nesse processo, as sementes transgênicas, recebem em seus genes, toxinas que barram a proliferação de pragas e ervas daninhas nas plantações. Além disso, a partir da análise da autora, percebemos que há outros melhoramentos genéticos desenvolvidos pela biotecnologia e a escolha de características como cor, sabor e produtividade das sementes, tendo em vista atender melhor às demandas das indústrias. Nesse sentido, todos esses avanços tecnológicos estão a serviço do capital e não das comunidades e pequenos produtores.

Para as comunidades tradicionais e povos originários mexicanos, o alimento enquanto matéria prima é imbuído de valores simbólicos. No caso do milho, acreditam que deve ser tratado com cuidado e sabedoria, pois representa um presente dos deuses e, impossível de desassociar o material do imaterial, tendo em vista que, o alimento só tem sentido atribuído

quando analisado de forma conjunta Eliabe (2021). Nesse contexto, outra transformação relevante ocasionada pela introdução das sementes de milhos transgênicos é a ameaça às sementes denominadas “crioulas”, entendidas como bens naturais e culturais ao mesmo tempo, possuindo características genéticas moldadas por processos de escolha consciente realizados pelos agricultores (Paulo Petersen, 2007, *apud* Santilli, 2012, pp. 469).

Os estudiosos e movimentos sociais engajados neste debate na sociedade mexicana, a exemplo o Sin maíz no hay país, apontam que a ação conjunta entre transgenia e insumos agrícolas é grande responsável por mutações e extinções de sementes nativas. Tendo em vista que, a polinização pode acontecer de forma espontânea, por meio da ação dos ventos, pássaros, abelhas e maquinários, plantações podem ser contaminadas há muitos quilômetros de distância. (Eliabe, 2021). Com a enorme gama de sementes geneticamente modificadas, isso se torna ainda mais corriqueiro, um exemplo disso é a variedade de patentes de sementes de milho e soja pela empresa Agro-Bayer/Monsanto que possuem 37 e 44 tipos de cada, respectivamente, essa variedade vai desde a adaptabilidade ao clima e solo, até a resistência à pragas (Eliabe, 2021, pp. 43).

Dentro desse panorama observado por Eliabe, pequenos agricultores sofrem os impactos dessas contaminações espontâneas e em alguns casos, a solução é a queima de todo o plantio para que essa semente contaminada não se reproduza mais. Isso nos permite perceber que, o resultado desse tipo de cruzamento afeta tanto o plantio, contaminando plantações livres de agrotóxicos, e os hábitos alimentares, pois a variabilidade dos grãos garante a feitura de diferentes pratos.

O cultivo das diferentes variedades de milho no México está diretamente ligado à preparação de alimentos tradicionais como tortillas, tamales e atoles, que exigem grãos com características específicas de sabor, textura e coloração adequadas. Essas preparações representam apenas parte de uma vasta gama de usos culinários do milho que são transmitidos historicamente e incorporados à vida cotidiana e festividades dos mexicanos. Nesse contexto, o desaparecimento dessas variedades teria impacto imediato e profundo sobre a cultura e soberania alimentar das populações mexicanas (Ferreira; Vega, 2024).

Essa dinâmica dialoga com a análise de Aníbal Quijano (2005), segundo a qual a colonialidade do poder persiste mesmo após o fim do colonialismo formal, estruturando relações econômicas, epistemológicas e culturais. No caso do milho, a colonialidade manifesta-se na imposição de um modelo agroindustrial capitalista que deslegitima os saberes indígenas, reduzindo-os à condição de atraso ou ineficiência. A alimentação, portanto,

continua sendo um campo privilegiado de exercício do poder colonial em sua forma contemporânea.

A partir das reflexões levantadas até aqui, estudiosos sobre o tema apontam a importância de se questionar a atuação dos governos em priorizar a produção de grãos para o mercado externo em detrimento do interno, pois, essa lógica contribui para o apagamento das práticas tradicionais, desvalorização do patrimônio alimentar e reflete na forma em que se consome os alimentos. Desse modo, como ação contrária, nascem movimentos que lutam pela preservação do milho nativo, imposição de limites às sementes transgênicas no território mexicano e soberania alimentar para o povo. O movimento *Sin maíz no hay país*, juntamente à outros grupos e organizações, desempenha papel fundamental nesse processo de resistência.

Sin maíz no hay país. ¡Pon a México en tu boca!

Nesta seção, analisaremos a trajetória da campanha "*Sin maíz no hay país*" a partir do documento "*Sin maíz no hay país. Alimentos campesinos para México ¡El hambre no espera!*", disponível no site da organização⁷. Originado em 2007, a partir da articulação de importantes organizações camponesas mexicanas preocupadas com os impactos das políticas agrícolas neoliberais, da liberalização comercial e da ameaça às variedades nativas de milho.

As principais organizações envolvidas em sua criação e apoio são: Conselho Nacional de Organizações Camponesas (CONOC), Coordenação Nacional Plan de Ayala (CNPA), El Barzón - Aliança Nacional de Produtores Agropecuários e Pesqueiros, e a Associação Mexicana pela Autodeterminação dos Povos (AMAP). A essas se somaram diversas organizações sociais, ambientais, indígenas e de direitos humanos, além de pesquisadores, intelectuais e representantes de órgãos de cooperação internacional. Dessa ampla articulação nasceu o lema que dá nome à campanha, afirmando o milho como elemento central da identidade, da soberania alimentar e da própria existência do país.

Pouco tempo após seu lançamento, a campanha ganhou ainda mais força diante das acusações por populares de aumento dos preços dos alimentos básicos e da ausência de respostas efetivas por parte do Estado mexicano. Nesse contexto, o movimento passou a denunciar a concentração do setor agroalimentar, os monopólios na produção e comercialização de alimentos e a vulnerabilidade crescente das populações camponesas. Esse cenário é amplamente debatido em postagens do *La Jornada del Campo*, como na publicação "El campo en tiempos de Peña Nieto"⁸, no qual Víctor Suárez Carrera evidencia a continuidade das políticas neoliberais, o abandono da agricultura camponesa e o fortalecimento das grandes corporações agroalimentares, ao mesmo tempo em que se aprofundam a pobreza rural e a dependência alimentar. Esse contexto ajuda a compreender por que movimentos como o *Sin maíz no hay país* ganham força ao defender que a produção de alimentos deve priorizar o direito à alimentação e não os interesses do mercado.

⁷ Carpeta Sin maíz no hay país. Dezembro de 2021. Disponível em: <https://sinmaiznohaypais.org/wp-content/uploads/2021/12/Carpeta-Sin-maiz-no-hay-pais-Esp-2.pdf> Acesso em 30/11/2025.

⁸ CARRERA, Víctor Suárez. El campo en tiempos de Peña Nieto. *La Jornada*, Cidade do México, 21 dez. 2013. Disponível em: https://www.jornada.com.mx/2013/12/21/cam-tiempos.html?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 09/02/2026

Ao longo dos anos, a campanha consolidou-se como espaço de denúncia e proposição política. Entre suas principais bandeiras, como é possível verificar a partir dos materiais de divulgação produzidos por diversos autores (desde os estudiosos do tema, participantes, apoiadores, agências ligadas à causa da agroecologia, imprensa em geral) estão: a rejeição à liberação do milho transgênico, considerado uma ameaça direta às variedades nativas e ao patrimônio genético construído historicamente pelos povos indígenas e camponeses, e a defesa de políticas públicas que reduzam a dependência alimentar do país em outros, por algo que se pode produzir internamente. Paralelamente, o movimento promove a agricultura camponesa sustentável como alternativa viável, capaz de assegurar soberania alimentar, proteger os bens naturais e garantir o direito à alimentação.

A campanha *Sin maíz no hay país* consolidou-se como um dos principais espaços de articulação política em defesa da soberania alimentar no México, sua trajetória inicial pode ser compreendida a partir de três etapas descritas no documento abordado. Essas etapas foram marcadas por diferentes estratégias de mobilização, mas atravessadas por um mesmo eixo: a defesa do milho como patrimônio cultural, político e alimentar do país.

A primeira etapa, descrita no documento abarcando os anos entre 2007 e 2008, foi decisiva para inserir o tema do milho e do campo mexicano no centro do debate público nacional. O lançamento oficial da campanha ocorreu no Museu da Cidade do México e contou com a presença de quase mil pessoas, entre elas líderes camponeses, artistas, intelectuais, cientistas e autoridades do governo local, o que conferiu grande visibilidade ao movimento desde seu início. Nesse período, a campanha apostou fortemente em ações públicas de caráter simbólico e pedagógico, como a coleta massiva de assinaturas em defesa do milho, a realização de conferências de imprensa e a ocupação de espaços emblemáticos da capital mexicana.

Como indica o documento, destacam-se eventos como a semeadura simbólica de milho no Zócalo, importante praça no centro da cidade, grandes atos culturais, concertos e feiras camponesas, que reuniram produtores de diferentes regiões do país para apresentar alimentos, sementes e saberes tradicionais à população urbana. Essas ações buscavam aproximar campo e cidade, reafirmando o milho como elemento central da identidade nacional e denunciando os impactos da abertura comercial e da política agrícola neoliberal.

A segunda etapa, em 2008, ocorreu em meio ao agravamento da crise alimentar e econômica (Carpeta *Sin maíz no hay país*, 2021, pp. 3), o que levou a campanha a intensificar seu caráter propositivo. Sob o lema “Alimentos camponeses para o México: a fome não espera”, o movimento ampliou seus espaços de debate e formação política, promovendo

fóruns regionais, seminários nacionais e intercâmbios entre agricultores de diferentes estados. Nesse período, ganharam destaque os encontros voltados à agricultura sustentável, à educação rural alternativa e à discussão de políticas públicas para o campo.

Um marco dessa fase, presente no documento, foi a elaboração coletiva de um Programa Emergente para o Campo Mexicano, resultado de debates entre produtores, consumidores, acadêmicos e organizações sociais. Esse processo culminou em uma grande Assembleia Nacional pela soberania alimentar, realizada na Cidade do México, que reuniu centenas de representantes de organizações rurais e urbanas de diversas regiões do país, consolidando a campanha como um espaço nacional de articulação política.

A terceira etapa da campanha Sin maíz no hay país, iniciada em 2009, marcou um momento de maior tensão política e de redefinição estratégica do movimento. Um dos episódios mais significativos desse período foi a renúncia de organizações centrais da campanha como ANEC, Semillas de Vida, Greenpeace e GEA ao Conselho Consultivo Conjunto da Comissão Intersecretarial de Organismos Geneticamente Modificados (CIBIOGEM). Essa saída foi um gesto político claro de ruptura, motivado pela avaliação de que o espaço funcionava apenas como uma instância formal de participação, sem incorporar de fato as preocupações da sociedade civil sobre os riscos dos transgênicos. Essa decisão, conforme destacado no documento, o desgaste do diálogo institucional e reforçou a crítica da campanha à condução das políticas públicas relacionadas à biotecnologia agrícola no país.

Nesse mesmo contexto, a *Reunião Nacional da Campanha* permitiu sistematizar, por meio do encontro de diferentes grupos, as experiências acumuladas nos anos anteriores e definir quatro eixos prioritários de atuação: crítica às políticas públicas e ao Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), o enfrentamento aos transgênicos e ao uso de alimentos e terras para agrocombustíveis, a defesa do direito humano à alimentação e o fortalecimento da produção camponesa como modelo de agricultura sustentável. Foi também nesse momento que se consolidou a proposta de criação do dia nacional do milho, pensada como uma estratégia de mobilização permanente, capaz de articular dimensões políticas, culturais e simbólicas da luta pela soberania alimentar (Carpeta Sin maíz no hay país, 2021, pp. 9).

A campanha ampliou ainda mais sua presença nos espaços públicos e urbanos, aproximando o debate da população em geral. Um exemplo disso foi a realização da primeira feira de alimentos em defesa da economia, da cultura e da nutrição familiar, em Coyoacán, na Cidade do México (Carpeta Sin maíz no hay país, 2021, pp. 9). O evento funcionou como um espaço de encontro entre produtores e consumidores, no qual alimentos camponeses, saberes

tradicionais e práticas culinárias foram apresentados como alternativas concretas ao modelo agroindustrial dominante. Como aponta o documento, mais do que uma feira, tratava-se de uma ação pedagógica e política, que reforçava a relação entre alimentação, cultura e território.

O material arrolado no documento mostra ainda que, em 2009, durante a visita oficial do então presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, a campanha realizou um ato em frente à embaixada norte-americana, no qual entregou um documento com propostas de renegociação do NAFTA. A ação buscava denunciar os impactos do acordo sobre a agricultura camponesa mexicana e defender a construção de uma nova agenda de cooperação internacional baseada no desenvolvimento sustentável e na soberania alimentar, rompendo com a lógica de dependência imposta pelo livre comércio.

A proporção da comunicação executada pela campanha também ganhou destaque nessa etapa. A exibição do documentário “O mundo segundo Monsanto”, na Cineteca Nacional, atraiu um público tão expressivo que foi necessário mudar a sala de projeção para acomodar os espectadores (Carpeta *Sin maíz no hay país*, 2021, pp. 10). A atividade demonstrou o interesse crescente da sociedade pelo debate sobre transgênicos e o papel das grandes corporações no sistema agroalimentar, além de reforçar o uso do audiovisual como ferramenta de conscientização política.

Simultaneamente é possível perceber que a campanha fortaleceu suas articulações internacionais, promovendo encontros com movimentos como a campanha “Vamos al Grano”, que uniu Guatemala, Honduras e México. Essas trocas ocorreram em um momento estratégico, especialmente durante o encontro dos presidentes do México, Estados Unidos e Canadá. A campanha participou de uma grande marcha em Guadalajara e de um fórum que reuniu organizações dos três países, retomando o debate sobre a renegociação do tratado comercial e reforçando a crítica ao modelo agroalimentar imposto em escala regional. A produção de materiais de comunicação, ampliou o alcance dessas ações.

A postura de enfrentamento direto se mostrou ainda mais evidente quando organizações da campanha intervieram em um foro agroalimentar promovido pelo governo de Chihuahua, que possuía apoio de empresas pró-transgênicos, como a Monsanto (Carpeta *Sin maíz no hay país*, 2021, pp. 10). A ação, que incluiu a interrupção simbólica do evento e a exibição de faixas contra o uso de organismos geneticamente modificados, explicitou o conflito entre os interesses corporativos e as demandas dos camponeses, reafirmando o caráter combativo da campanha nessa fase.

Esse embate também se inscreve em lutas jurídicas mais amplas documentadas por *Del Campo*, em “¿Como se litiga contra las transnacionales?”⁹ nas quais advogados envolvidos na *Demanda Colectiva Maíz* descrevem as dificuldades de litigar contra grandes empresas como a Monsanto, consideradas “a cara mais clara do capitalismo voraz” por sua baixa sensibilidade às demandas sociais e à biodiversidade do milho nativo, evidenciando a tensão entre práticas comunitárias e interesses corporativos no sistema agroalimentar mexicano.

A trajetória da campanha *Sin maíz no hay país*, analisada por meio do documento, evidencia que o debate sobre o milho ultrapassa a esfera agrícola e se inscreve no campo político, cultural e social do México contemporâneo. Ao longo de suas diferentes etapas, o movimento afirmou o milho não apenas como mercadoria estratégica, mas como eixo central de disputas sobre território, autonomia, modelos de desenvolvimento e direito à alimentação, compreensão que também se expressa nas análises e denúncias publicadas pelo *La Jornada del Campo*. Esse espaço de circulação de ideias e experiências se articula e acompanha as mobilizações da campanha, dando visibilidade à grupos camponesas e indígenas e aos impactos das políticas neoliberais e da agroindústria sobre o campo mexicano. Ao articular denúncia, proposição política e mobilização social, o *Sin maíz no hay país* se consolidou como uma plataforma de resistência e mobilização, evidenciando que a soberania alimentar envolve o controle sobre sementes, saberes, políticas públicas e mercados, e que a defesa do milho nativo permanece como parte central das lutas do presente e da construção de futuros alimentares mais justos e soberanos.

⁹ SANDOVAL, José Manuel Rosales. ¿Como se litiga contra las transnacionales?. *La Jornada*, Cidade do México, 19 mar. 2022. Disponível em: <https://www.jornada.com.mx/2022/03/19/delcampo/articulos/como-litiga-transnacionales.html>. Acesso em: 09/02/2026.

Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permite compreender o milho não apenas como um alimento ou produto agrícola, mas como uma categoria histórica atravessada por disputas de poder, sentidos e pertencimento. Ao acompanhar sua trajetória da centralidade sagrada nas sociedades mesoamericanas à condição de mercadoria na economia colonial e contemporânea, torna-se evidente que as transformações do milho expressam processos mais amplos de dominação, ressignificação cultural e resistência.

O material mobilizado neste trabalho evidencia que a colonização espanhola não rompeu completamente com as práticas indígenas relacionadas ao milho, mas promoveu um deslocamento profundo de seus significados. O alimento permanece central para a subsistência das populações locais, ao mesmo tempo em que foi progressivamente afastado de seus sentidos cosmológicos e comunitários, sendo incorporado a uma lógica econômica orientada pela exploração do trabalho indígena e pela hierarquização cultural. Essa ambiguidade, permanência material e deslegitimação simbólica, constitui um dos principais legados do período colonial.

Ao mobilizar o conceito de colonialidade do poder, foi possível compreender que tais dinâmicas não se encerraram com o fim do domínio espanhol, mas continuam operando na forma como os saberes indígenas, os sistemas agrícolas tradicionais e os próprios alimentos são avaliados e classificados. O milho, nesse sentido, revela-se um campo privilegiado para observar a persistência de estruturas coloniais na contemporaneidade, especialmente quando associado às políticas de liberalização comercial, à expansão da monocultura e à introdução de sementes transgênicas.

Entretanto, o estudo também demonstra que a história do milho não pode ser reduzida a um processo linear de perda ou subordinação. As práticas de cultivo tradicional, a preservação das sementes nativas, os movimentos sociais e jornais como *Sin maíz no hay país* e *La Jornada Del Campo*, que reivindicam o milho como eixo da soberania alimentar indicam formas ativas de resistência e reapropriação cultural. Essas experiências revelam a capacidade das comunidades indígenas e camponesas de reelaborar tradições, negociar imposições externas e afirmar identidades historicamente negadas.

Nesse sentido, como têm discutido os autores arrolados neste estudo, as disputas contemporâneas em torno do milho devem ser compreendidas como continuidade histórica de conflitos iniciados no período colonial, nos quais a alimentação ocupa lugar central. O milho torna-se, assim, um ponto de articulação entre passado e presente, permitindo observar como

antigas hierarquias se atualizam sob novas formas, ao mesmo tempo em que práticas de resistência reafirmam a alimentação como espaço de memória, identidade e luta política.

De modo geral, as análises sobre o tema mobilizados aqui apontam para a necessidade de ampliar as pesquisas a partir de abordagens que integrem diferentes escalas e fontes. O aprofundamento em arquivos pode contribuir para uma compreensão mais detalhada das políticas de controle agrícola e tributação, enquanto pesquisas de campo e história oral possibilitam registrar experiências contemporâneas dos impactos dos transgênicos, resistência e preservação do milho nativo. Aliando também história, antropologia e arqueologia, em uma pesquisa de campo, para podermos compreender rituais, símbolos, e a própria estrutura do *maíz* nativo. Ao articular essas perspectivas, permite-se compreender o milho não apenas como herança do passado, mas como elemento ativo na construção de futuros possíveis, nos quais soberania alimentar, justiça histórica e diversidade cultural ocupem lugar central.

Referências bibliográficas

ARAGÃO, Francisco José Lima. EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). A trajetória dos organismos transgênicos. Disponível em: https://www.embrapa.br/olhares-para-2030/artigo/-/asset_publisher/SNN1QE9zUPS2/content/francisco-jose-lima-aragao?inheritRedirect=true#:~:text=As%20primeiras%20plantas%20transg%C3%AAnicas%20foram,gera%C3%A7%C3%A3o%20das%20primeiras%20plantas%20transg%C3%AAnicas. Acesso em: 20/01/2026.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPHLAC. Trabalho na América espanhola: salário, servidão e escravidão. Disponível em: https://www.anphlac.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=611. Acesso: 21/01/2026.

BONFIL BATALLA, Guillermo. *México profundo: una civilización negada*. Fondo de Cultura Económica, 2020.

CAMPAGNOLLA, Clayton; MACÊDO, Manoel Moacir Costa. Revolução Verde: passado e desafios atuais. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, v. 39, n. 1, p. e26952-e26952, 2022.

CARRERA, Víctor Suárez. El campo en tiempos de Peña Nieto. *La Jornada*, Cidade do México, 5 nov. 2013. Disponível em: https://www.jornada.com.mx/2013/12/21/cam-tiempos.html?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 09/02/2026.

CASTRO, Luiz Antonio Barreto de. *A Saga dos Transgênicos*, Porto Alegre: Simplíssimo, 2018.

FERREIRA, Alejandra Cazal; VEGA, Ana Flores. El Atole de Maíz Nuevo como parte del sistema alimentario local de Quintana Roo: Soberanía alimentaria y patrimonio biocultural de México. *Sosquua*, v. 6, n. 1, p. 11-42, 2024.

FLANDRIN, Jean-Louis MONTANARI. Massimo. *História da alimentação*. São Paulo: Estação, 1998.

GRUZINSKI, Serge. A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol (séculos XVI–XVIII). Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

KATZ, Esther. *Alimentação indígena na América Latina: comida invisível, comida de pobres ou patrimônio culinário?* Espaço Ameríndio, v. 3, n. 1, p. 25-25, 2009.

LA JORNADA. *Suplementos – La Jornada del Campo*. Disponível em: <https://www.jornada.com.mx/suplementos-lajornada-del-campo>. Acesso em: 10/02/2026

LA JORNADA DEL CAMPO. *Suplemento La Jornada del Campo*. Disponível em: <https://www.delcampo.org.mx/La-Jornada-del-Campo/>. Acesso em: 10/02/2026.

LA VÍA CAMPESINA. *Soberanía alimentaria: un futuro sin hambre*. Roma: La Vía Campesina, 1996, pp. 1, tradução nossa. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/wp-content/uploads/sites/3/2024/05/1996-Rom-es.pdf>. Acesso: 10/01/2026.

LIND, Michael. Arqueología de la Mixteca. *Desacatos*, n. 27, p. 13-32, 2008.

MACNEISH, Richard S. *Ancient Mesoamerican Civilization: A long archeological sequence from Tehuacán, Mexico, may give new data about the rise of this civilization*. *Science*, v. 143, n. 3606, p. 531-537, 1964.

MATSUOKA, Yoshihiro et al. *A single domestication for maize shown by multilocus microsatellite genotyping*. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 99, n. 9, p. 6080-6084, 2002.

PINEDA GÓMEZ, José Alfredo; PINEDA MUÑOZ, Cuauhtemoc Francisco. *El tequio, tradición y costumbre comunitaria en las comunidades Náhuatl en Zitlala Guerrero*, 2022.

PEREIRA, V.C. et, al. *A Conservação das variedades crioulas para a soberania alimentar de agricultores: Análise preliminar de contextos e casos no Brasil e no México*. *HOLOS*, Natal, Vol. 4, Ano 33, p. 37-55 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina1. A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais–Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, p. 107-126, 2005.

RECINOS, Adrián. *Popol Vuh: las antiguas historias del Quiché*. Fondo de Cultura Económica, 2022.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANDOVAL, José Manuel Rosales. ¿Como se litiga contra las transnacionales?. La Jornada, Cidade do México, 19 mar. 2022. Disponível em: <https://www.jornada.com.mx/2022/03/19/delcampo/articulos/como-litiga-transnacionales.htm>. Acesso em: 09/02/2026.

SANTILLI, Juliana. A Lei de Sementes brasileira e os seus impactos sobre a agrobiodiversidade e os sistemas agrícolas locais e tradicionais. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 7, p. 457-475, 2012.

SANTILLI, Juliana. Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores. Editora Peirópolis LTDA, 2009.

SILVA, Eliabe Pimentel da et al. Globalização e alimentação: as sementes crioulas como símbolo de resistência ao agronegócio, 2021.

SIN MAÍZ NO HAY PAÍS. *Campaña nacional en defensa del maíz*. Disponível em: <https://sinmaiznohaypais.org/>. Acesso em: 10/02/2026.

SIN MAÍZ NO HAY PAÍS. Carpeta Sin maíz no hay país. Alimentos campesinos para México. ¡Pon a México en tu boca! Dezembro de 2021. Disponível em: <https://sinmaiznohaypais.org/wp-content/uploads/2021/12/Carpeta-Sin-maiz-no-hay-pais-Esp-2.pdf> Acesso em 30/11/2025.

TERÁN, Silvia; RASMUSSEN, Christian. *La milpa de los mayas*. D.R. © 2009, Universidad Nacional Autónoma de México.

WARMAN, Arturo. *La historia de un bastardo: maíz y capitalismo*. México: Fondo de Cultura Económica - UNAM, 1988.

Bibliografía complementar

ALTIERI, Miguel A. *Agroecología: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ALTIERI, Miguel Ángel; NICHOLLS, Clara Inés. *Agroecología: única esperanza para la soberanía alimentaria y la resiliencia socioecológica*. *Agroecología*, v. 7, n. 2, p. 65-83, 2012.

AZEVEDO COSTA, Diogo Valença de. *Rodolfo Stavenhagen e a sociologia do subdesenvolvimento: colonialismo, classes sociais e estratificação interétnica*. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 4, n. 8, p. 7-38, 2016.

BASSO, Rafaela. *O lugar da alimentação nos estudos históricos da Escola dos Annales*. *Revista Helikon*, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 50-63, 2015.

BELLON, Mauricio R.; BRUSH, Stephen B. *Keepers of maize in Chiapas, Mexico*. *Economic Botany*, v. 48, n. 2, p. 196–209, 1994.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CONTRERAS, Jesús; ARNAIZ, Mabel Gracia. *Alimentación y cultura: perspectivas antropológicas*. Barcelona: Ariel, 2005. OK

LUTTI, Jane Mary Guimarães. *Ensaio sobre a cozinha afetiva*. Editora Labrador, 2021.

TOLEDO, Víctor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. *La memoria biocultural: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales*. Icaria editorial, 2008.

VÁSQUEZ, Gabriela Canedo. *Una conquista indígena. Reconocimiento de municipios por "usos y costumbres" en Oaxaca (México)*. La economía política de la pobreza, p. 401-426, 2008.